

AS FAMÍLIAS CATIVAS DE ITAPEMIRIM NOS ANOS FINAIS DA ESCRAVIDÃO (PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. 1872-1888)

LARYSSA MACHADO 
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES
 MARATAÍZES - ESPÍRITO SANTO - BRASIL

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar a família cativa de Itapemirim nos anos finais da escravidão (1872-1888). O recorte temporal foi feito entre a promulgação de duas leis importantes: a Lei do Ventre Livre (1871), que tornava libertos os nascidos de ventre cativo após aquela data, e a Lei Áurea, que colocou fim a escravidão. As fontes utilizadas nessa pesquisa foram as cartoriais (inventários *post mortem* e testamentos) e as eclesiásticas (*livro de batismo*). Esses documentos revelam a existência da família cativa de Itapemirim, que no período analisado estava consolidada na região. Para a identificação dessas famílias foi realizado o método onomástico, além de recorte serial para análise dos dados. A maioria das famílias eram matrilineares, algumas com poucos e outras com muitos filhos. Também se percebe a presença de muitos africanos, mesmo décadas após o fim do tráfico internacional de almas. Inúmeras denúncias de desembarque de africanos foram feitas nesse período, e a trama do tráfico envolvia as províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Palavras-chave: Família escrava; Itapemirim; História do Espírito Santo.

ABSTRACT

This article aims to present the captive family of Itapemirim in the final years of slavery (1872-1888). The time frame was made between the enactment of two important laws: the Free Womb Law (1871), which freed those born with captive wombs after that date, and the Golden Law, which ended slavery. The sources used in this research were notary offices (post mortem inventories and wills) and ecclesiastical ones (baptism book). These documents reveal the existence of the captive family of Itapemirim, which in the analyzed period was consolidated in the region. For the identification of these families, the onomastic method was used, in addition to serial clipping for data analysis. Most families were matrilineal, some with few and others with many children. There is also the presence of many Africans, even decades after the end of the international traffic in souls. Numerous denunciations of African landings were made during this period, and the trafficking plot involved the provinces of Espírito Santo, Rio de Janeiro and Minas Gerais.

Keywords: Slave Family; Itapemirim; History of the Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre organização familiar são complexos em qualquer período. Isso porque, dentro das ciências humanas existem muitas formas de organização familiar que podem se enquadrar como família, tanto naturais/biológicas quanto culturais, porém, sempre houve um padrão de família entre as sociedades, resultante de diversos matizes. Pesquisas sobre o assunto utilizam variadas fontes para reconstruir os arranjos familiares. Em relação à escravidão, em geral, obtêm-se informações por meio de vários documentos, tais como: eclesiásticos, que são os registros de batizados; casamentos; óbitos e processos de banhos matrimoniais, ainda que sejam descontínuos; listagens nominais, mapeamentos populacionais por fogos, onde aparecem nomes dos chefes de família, cônjuges, filhos, escravos, agregados;¹ e os registros cartoriais, principalmente inventários *post-mortem* e testamentos, que oferecem informações sobre filhos legítimos e ilegítimos, pais, órfãos, parentes, agregados, dentre outros.²

Segundo Patrícia Merlo, “a utilização de ampla documentação, sobretudo cartorial, possibilitou a inserção de novas dinâmicas e agentes sociais no mosaico descritivo da história do Brasil”.³ Ainda assim é preciso ressaltar a dificuldade de lidar com tais documentos, já que, dificilmente, uma região possui essa diversidade de fontes num mesmo período disponíveis para que sejam comparadas através de acompanhamento nominal.⁴

Importante ressaltar, como cita Robert Slenes,⁵ que os novos estudos não têm por objetivo minimizar os horrores da escravidão. Ao contrário, as novas pesquisas devolvem historicidade ao escravismo, sistema construído por agentes sociais múltiplos. Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram redescobertas e pensadas sob novo olhar.⁶ Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, com o uso das novas fontes a partir da década de 1970, historiadores

¹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998, p.39.

² FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.112.

³ MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O Nó e o Ninho: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, p. 13.

⁴ FARIA, 1998, p. 40.

⁵ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p.54)

⁶ MATTOS, Hebe. Colonização e escravidão no Brasil: memória e historiografia. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial: vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.85)

brasileiros observaram que os cativos eram capazes de “criar e viver sob normas intrínsecas ao humano [...] e a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativo não abortou a família escrava”.⁷ Slenes, Florentino e Góes tornaram-se referência em estudos sobre as relações familiares dentro das senzalas.

Também vale ressaltar os trabalhos de José Flávio Motta,⁸ Hebe de Mattos⁹ e Kátia Mattoso,¹⁰ dentre outras pesquisas pioneiras produzidas no Brasil ainda na década de 1980. Trabalhos sobre esse assunto são produzidos no Brasil desde a década de 1970, porém nas décadas de 1990 e 2000 foram intensificados e a partir daí, várias regiões brasileiras ganharam estudos sobre o tema.

Manolo Florentino e José Roberto Góes concluíram que a escravidão era mantida não apenas pelo tráfico, mas também pelas famílias. A senzala, contudo, era lugar de permanente tensionamento devido a chegada constante de novos cativos por meio do tráfico. De acordo com os autores, “A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um *nós*. Reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, eis como melhor se poderia caracterizá-lo”.¹¹ Robert Slenes,¹² por sua vez, considerou as famílias escravas como elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa que compartilhava experiências, valores e memórias. As famílias fazem parte de um mundo criado a partir de recordações e esperanças dos escravos, parte crucial na formação de identidades no cativo. O historiador trabalhou com a ideia da permanência da ancestralidade africana. Segundo ele, os africanos que vieram para o Sudeste brasileiro, “apesar da separação radical de suas sociedades de origem, teriam lutado com uma determinação ferrenha para organizar a vida deles, na medida do possível, de acordo com a gramática (profunda) da família-linhagem”.¹³

As discordâncias entre os autores não invalidam suas contribuições historiográficas. Os trabalhos de Robert Slenes e Manolo Florentino e José Roberto Góes abriram caminho para que outros estudos semelhantes fossem desenvolvidos em vários

⁷FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.1.

⁸MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese (Doutorado em História) -Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1990.

⁹MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

¹⁰MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

¹¹FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 35.

¹²SLENES, 2011.

¹³SLENES, 2011, p. 155.

lugares do Brasil. Desde então se consolidou a compreensão de família escrava existente em inúmeros lugares do país, tanto em economias agroexportadoras, como em regiões que produziam para o abastecimento interno.

Os estudos sobre família cativa demonstram a diversidade existente nas comunidades das várias regiões do Brasil. Como cada uma apresenta características peculiares, tais estudos podem ser contemplados por meio da micro-história, pois admite temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas, ajudando na compreensão de redes familiares e laços de solidariedade. Segundo Jacques Revel “a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”.¹⁴ Os estudos em escala micro são interessantes por trazerem situações reais à tona, caso das inúmeras escravarias estudadas no país, incluindo a capixaba. Cada região apresenta peculiaridades, ainda que estejam inseridas em uma pequena província, como o Espírito Santo.

Apesar de o Espírito Santo ser uma província pequena e de pouco destaque, quando comparada às outras do Sudeste brasileiro, as escravarias capixabas apresentam características interessantes: enquanto no Centro da Província predominavam as pequenas posses, com creolização acentuada, no Sul havia grandes “plantéis” com a presença de muitos africanos. Em estudo pioneiro, Vilma Almada detectou a presença de famílias cativas nas regiões de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus. Segundo a autora, “Contrariamente, nas economias mais dinâmicas a existência de maiores plantéis de escravos nas unidades produtivas parece ter agido no sentido de facilitar as uniões entre escravos”.¹⁵

Nas décadas seguintes apareceriam estudos mais específicos sobre o assunto. O primeiro trabalho que abordou especificamente as famílias cativas no Espírito Santo contemplou a capital Vitória no período de 1800-1871, realizado por Patrícia Merlo em sua tese de doutorado, que observou que havia número significativo de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias, com mulheres desempenhando papéis de relevância nas famílias escravas.¹⁶ Já entre 1850 e 1871, a autora ressalta a formação da comunidade cativa nas grandes escravarias. Conclui, ainda, que as escravarias de Vitória

¹⁴ REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 23.

¹⁵ ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p.145.

¹⁶ MERLO, 2008, p.137.

contavam com a reprodução natural dos escravos, alta concentração de crioulos, taxa elevada de crianças e frequentes laços familiares. Assim, a reposição das escravarias contava pouco com o tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena lugar indispensável à manutenção da escravidão em Vitória.¹⁷

As pesquisas sobre o tema ganharam fôlego a partir da criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e dos estudos desenvolvidos pela professora Adriana Pereira Campos, quando as escravarias capixabas começaram a ser analisadas e apresentaram a reprodução endógena das escravarias do Espírito Santo, principalmente na região central. Dentre os muitos trabalhos que abordam o assunto, serão destacados alguns.

Geisa Ribeiro¹⁸ analisou a importância da reprodução endógena para os municípios de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Verificou-se nesses lugares a reprodução natural, ainda que Cachoeiro contasse com maior presença de escravos africanos. Outro aspecto interessante foi a permanência da família escrava unida, mesmo após a morte de seu senhor. Outro estudo sobre família escrava capixaba foi realizado por Rafaela Lago,¹⁹ que observou o compadrio no estabelecimento de laços de solidariedade entre iguais. Notou ainda que, em Vitória, o parentesco espiritual foi instrumento efetivo na formação e consolidação de comunidade cativa.

Também merece destaque o trabalho que desenvolvi como dissertação de mestrado contemplando Itapemirim, localidade situada na região sul da província, mas que possuía características econômicas diferentes das demais freguesias da região.²⁰ Enquanto a região Central (Vitória) tinha economia voltada para o abastecimento interno da província, na região Sul (Cachoeiro) as lavouras de café ganharam destaque tornando-se o principal produto exportado. Itapemirim, por sua vez, manteve as lavouras e produção de açúcar como fonte econômica, além de ser o principal porto capixaba, que exportava para a Corte o café e o açúcar produzido no Sul. No trabalho foi possível

¹⁷ MERLO, 2008, p.181.

¹⁸ RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

¹⁹ LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

²⁰ MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim-ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

identificar peculiaridades específicas em cada uma das escravarias, que também serão aqui apresentadas.

Neste artigo se pretende analisar a composição das famílias cativas de Itapemirim nos anos finais da escravidão, entre 1872 e 1888. O recorte temporal está entre a promulgação de duas leis importantes: a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, que deu liberdade aos nascidos de ventre cativo após aquela data, e a Lei Áurea, que pôs fim à escravidão. Como fontes primárias serão utilizados documentos cartoriais (inventários *post mortem* e testamentos), que estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e eclesiásticos (registros de batismo de cativos) que estão no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo. A metodologia utilizada foi o recorte serial, para se identificar as características semelhantes, e o método onomástico, para a identificação dessas famílias.

SOBRE A COLONIZAÇÃO DO VALE DO ITAPEMIRIM

As terras do Vale do Rio Itapemirim estavam entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira, em 1539, segundo relatos do historiador do século XIX, Basílio Daemon, “neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”.²¹ Nesse sentido, Antônio Marins destaca que os primeiros povoados da região datam do século XVI, no período em que estava no trono o rei português D. Pedro II.²² Não obstante, o Rio Itapemirim, que banha a região, aparece em alguns mapas portugueses do século XVII com o nome de *Tapemirim*.²³

Aparentemente, a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em

²¹ DAEMON, Basílio C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, 2010, p.114.

²² MARINS, Antônio. Itapemirim. In: MARINS, Antônio. *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

²³ O Rio Itapemirim aparece nos seguintes mapas: *Mappa da Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam o Brasil*, que acompanha a *Rasão do Estado do Brasil* escrito em 1612 e que indica esse rio sob o nome de *Tapemery*; o *Mappa de todo o Estado do Brasil*, organizado em Lisboa no ano de 1627 por João Teixeira, “Moço da Camara de Sua Magestade e seu Cosmographo”, indica o Rio com o nome de *Itape-mery*; o *Mappa do Brasil*, que acompanha a *Istoria delle guerre del regno del Brazile*, por Giovanni Giuseppe di Santa Teresa, publicada em 1698, dá ao Rio o nome de *Tapemirini*.

1674, o herdeiro da Capitania Capixaba, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo a capitania, que, por sua vez, iniciou a busca por ouro, colonizando, assim, a região que envolve a atual Vila Velha até a localidade de Benevente (atual Anchieta). De acordo com Luciano Moreno,

Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou em direção ao sul, até chegarem às margens Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde se fixaram. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá [...] e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha.²⁴

Na região compreendia de um lado ao outro da foz do rio existia uma vasta aldeia que passou a fazer parte de uma fazenda de açúcar, pertencente à família Caxangá. Nesse sentido, o início da povoação de Itapemirim ocorreu no período em que a Capitania do Espírito Santo havia sido vendida ao baiano Gil de Araújo.²⁵ A colonização efetiva dessa região, porém, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo,²⁶ que buscaram refúgio às margens do Itapemirim após um ataque indígena que os obrigou a abandonarem suas casas em Minas de Castelo. Durante o conflito, enquanto os homens lutavam contra os índios, as mulheres e as crianças foram retiradas com relativa segurança. Os “atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim”.²⁷

Segundo Gabriel Bittencourt, no início do século XVIII, as terras que antes pertenciam a Inácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo capitão Tavares Brum, futuro sogro de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o barão de Itapemirim.²⁸ Este se casou com a filha do capitão Brum em segundas núpcias, herdou as terras do sogro e, conseqüentemente, tornou-se um dos grandes

²⁴ MORENO, Luciano. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra: Formar, 2016.

²⁵ MARINS, 1920, p. 199-200.

²⁶ Região no interior do Espírito Santo onde se encontrou ouro.

²⁷ OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 222.

²⁸ BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006, p. 78.

proprietários de terra da região. O capitão Brum, além de adquirir as terras por escritura pública, obteve-as do governo português por sesmarias.²⁹ “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio”.³⁰ Ainda sobre os fundadores da região, Marins afirma que

O Itapemirim era uma grande fazenda que pertenceu primeiro ao Sargento Mor Ignácio Pedro Cacunda, que a vendeu ao Capitão Balthazar Caetano Carneiro e este ao Capitão José Tavares de Brum (sogro do Sargento Mor Joaquim Marcelino da Silva Lima mais tarde Barão de Itapemirim). A sede da Fazenda, que era de assucar, ficava no morro contíguo á atual villa, no lugar conhecido por “Fazendinha”. Ahi existio a Capella que foi a primeira da povoação.³¹

A partir de então, a região se desenvolveu por meio das lavouras de açúcar, inicialmente, e, depois, de café. Em 1808, de acordo com os relatos da passagem do desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, nas margens do Rio Itapemirim havia seis ou sete engenhos grandes de fabricação de açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, além de tavernas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados.³²

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida.³³ “Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas”.³⁴ Mas, muitas famílias vieram para a região em busca de terras férteis e trouxeram escravos e maquinários. Dentre aqueles que migraram para Itapemirim com suas famílias e posses, pode-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima, o comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa.³⁵

²⁹ MARINS, 1920, p. 210-211.

³⁰ BITTENCOURT, 2006, p. 78.

³¹ MARINS, 1920, p. 209.

³² VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978, p.36.

³³ OLIVEIRA, 2008, 308.

³⁴ OLIVEIRA, 2008, 355.

³⁵ MORENO, 2016, p. 32.

As imigrações mineira, fluminense e paulista trouxeram consigo o cultivo do cafeeiro, sendo o café o principal produto exportado no Brasil, no século XIX. Além disso, houve um nítido crescimento populacional na região, onde se criaram as condições favoráveis para a emancipação administrativa. Por meio do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816 com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho. Segundo Moreno

Tomaram posse os Juizes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa.³⁶

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na Capitania do Espírito Santo, recebeu, desde o princípio da exploração de suas terras, lavouras de cana-de-açúcar. A Fazendinha, primeira fazenda da região, era cercada por canaviais ampliados após a efetiva colonização no final do século XVIII.³⁷ Na primeira metade do Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, cafeeiro e cana, havia o plantio do algodão e do fumo, além de serralherias que exportavam madeira.

O porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e, por conta disso, exportava as mercadorias direto para a Corte. Em relatório realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto³⁸ exaltou os lavradores de Itapemirim que comercializavam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele, o comércio favorecia as lavouras, pois facilitava a circulação de produtos: “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n'essa parte da província se encontram já magníficas fazendas [sic.]”.³⁹ Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar.

³⁶ MORENO, 2016, p. 33.

³⁷ MORENO, 2016, p. 20-22.

³⁸ RELATÓRIO, 1849, p.10.

³⁹ RELATÓRIO, 1849, p.10.

populacionais de Itapemirim ao longo do século XIX e os compara com dados do Espírito Santo.

Tabela 1. População de Itapemirim e do Espírito Santo (1817-1872)

Ano	ESPÍRITO SANTO					ITAPEMIRIM					
	Livres	%	Escravos	%	Total	Livres	%	Escravos	%	% em relação aos escravos da Província	Total
1817	—	—	—	—	24.585	—	—	—	—	—	2.025
1818	—	—	—	—	25.960	—	—	—	—	—	2.025
1824	22.165	63	13.188	37	35.353	1.184	51	1.148	49	8,7	2.332
1827	22.931	64	12.948	36	35.879	797	44	1.038	56	8	1.835
1833	—	—	—	—	27.916	1.360	46	1.596	54	—	2.937
1839	16.847	65	9.233	35	26.080	852	34	1.635	66	17,7	2.487
1843	21.122	65	10.376	35	32.720	1.825	45	2.109	55	20,3	3.984
1856	36.793	75	12.100	25	48.893	2.508	57	1.885	43	15,5	4.393
1857	36.823	75	12.269	25	49.092	—	—	—	—	—	4.393
1861	42.217	70	18.485	30	60.702	4.493	51	4.315	49	23,3	8.843
1870	51.825	73	18.772	27	70.597	4.680	70	2.013	30	10,7	6.693
1872	59.478	72	22.659	28	82.137	6.808	68	2.873	32	12,7	9.881

Fonte: 1817 e 1818: VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typographia de P. A. D'Azeredo, 1858; 1824 e 1827: VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; 1827, 1833 e 1839: Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18; 1833: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54; 1839: LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39; 1843: Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abril a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16; 1856: Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857, p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10; 1861: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63; 1870: Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1872: Censo de 1872.

Portanto, a tabela acima demonstra que nos anos analisados, a população cativa de Itapemirim era bastante elevada, com valores bem superiores às médias capixabas. Na primeira metade do século XIX, quando a proibição do tráfico ainda não vigorava, a população cativa capixaba apresentou valores mais expressivos, porém, abaixo dos percentuais de Itapemirim. No ano de 1824, enquanto a população capixaba era composta por 37% de cativos, maior percentual encontrado na tabela, Itapemirim possuía 49% de escravizados. Já, no ano de 1839, a população do Espírito Santo era formada por 35% de escravos e Itapemirim, por sua vez, tinha uma população composta de 66% de cativos.

Nas primeiras décadas do século XIX, Itapemirim possuía uma população escravizada maior que a livre: 56% da população era formada por escravos, em 1827; 54%, em 1833, e 55%, em 1843. Nos anos seguintes à promulgação da Lei Eusébio de Queirós, os valores proporcionais de Itapemirim continuavam elevados: 43%, em 1856, e 49%, em 1861. O mesmo ocorre nos anos finais da escravidão. Em 1870 e 1872, enquanto o Espírito Santo possuía, respectivamente, 27% e 28% de escravizados em sua população, em Itapemirim havia 30% e 32% de escravizados.

Muitos desses cativos adentraram o Vale do Itapemirim junto com seus senhores durante o período de colonização da região. Outros, porém, chegaram a Itapemirim através do tráfico internacional de escravos. No entanto, correspondências existentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo relatam a problemática da permanência do tráfico de cativos em Itapemirim após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

Segundo Walter Pereira, a região que compreendia o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo continuou a receber o desembarque de africanos após 1850.⁴³ Marcus Carvalho, ao estudar o tráfico de escravos em Pernambuco, constatou que, após a primeira proibição do tráfico, em 1831, as embarcações deixaram de aportar em grandes centros e passaram a operar em pequenas cidades brasileiras.⁴⁴ O volume de correspondências e a presença de africanos entre a população escrava itapemirinese apontam para essa situação. De acordo com Leonor Santana, os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860.⁴⁵ “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o porto de Itapemirim”.⁴⁶

Tanto os relatórios dos presidentes da província capixaba quanto os ofícios do chefe de polícia e as cartas enviadas a Corte apontam para esse problema. Ao longo de

⁴³ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 15-18 de maio de 2013, p. 2. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

⁴⁴ CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p.126

⁴⁵ SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, UFES, CCHN, v. 11, jul-dez, 2000, pp. 301-306. p. 304.

⁴⁶ NOVAES, *apud* SANTANA, 2000, p.304.

toda a década de 1850, várias embarcações foram apreendidas na região. Em 29 de outubro de 1851, foi apreendido um navio com africanos “boçaes”.⁴⁷ No mesmo ano, um ofício foi enviado à Corte com informações sobre o desembarque de 170 africanos, que foram conduzidos ao interior de Itapemirim.⁴⁸ Outro documento se refere a uma correspondência trocada entre o traficante Joaquim Ferreira de Oliveira e seu sócio Joaquim da Fonseca Guimarães, na qual aquele relata que estava pronto para receber os africanos de Angola.⁴⁹

Outro nome relacionado ao tráfico que aparece nos documentos é o de José Bernardino de Sá, que consta em uma lista feita pela polícia em que se apontaram os nomes de 292 traficantes de escravos que operavam na atividade entre os anos de 1811 e 1831.⁵⁰ Duas correspondências relatavam o envolvimento de Sá no desembarque de africanos na região.⁵¹ Outra delação que envolvia o nome de José Bernardino dizia respeito a um possível desembarque de africanos no ano de 1852.⁵²

Ainda em 1851, no dia 29 de novembro, outro ofício enviado pelo chefe de polícia da Corte ao presidente Azambuja comunicava que forças policiais do Império foram enviadas à Vila de Itapemirim, pois ocorrera na localidade o

[...] desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denuncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila.⁵³

Muitas denúncias envolviam o nome do Barão de Itapemirim, que é apontado como um dos principais traficantes de escravos do Sudeste.⁵⁴ Em 6 de abril de 1851, outra denúncia foi enviada a Corte sobre o desembarque de “cento e tantos” africanos que

⁴⁷ ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos), OFÍCIO, 1851.

⁴⁸ OFÍCIO, 1851.

⁴⁹ ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos), CARTA, 1851.

⁵⁰ PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)*. 2009. Dissertação – Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, p.134.

⁵¹ OFÍCIO, 1851.

⁵² OFÍCIO, 1851.

⁵³ OFÍCIO, 1851.

⁵⁴ SANTANA, 2000, p.304.

seriam destinados a fazenda do Barão.⁵⁵ Outros fazendeiros de renome na política provincial também tiveram seus nomes citados em denúncias relacionadas ao tráfico. O coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do Barão de Itapemirim, eram outros nomes envolvidos.

Dias da Silva foi chamado em uma coluna do jornal *Correio de Vitória*, em 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido a sua relação com o tráfico ilegal de africanos.⁵⁶ Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852, o presidente Azambuja alertou o delegado de polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt”.⁵⁷ Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da província contra Gomes Bittencourt e o Barão, pois, de acordo com o delator, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim.⁵⁸

O fato de grandes fazendeiros itapemirinos estarem envolvidos em denúncias sobre o desembarque de africanos escravizados na região não os impediu de realizar denúncias sobre o assunto. O Barão de Itapemirim, que aparece como um dos maiores traficantes de cativos, no período em que foi presidente da província capixaba, denunciou por inúmeras vezes a desproteção do litoral capixaba referente aos navios envolvidos no tráfico de almas. Em relatórios, o Barão enfatiza a extensão das praias capixabas e a falta de vigilância das autoridades.⁵⁹

Enquanto as denúncias relatavam que Itapemirim estava na rota do tráfico de almas, os dados demográficos demonstram a presença de africanos entre a população cativa da região. No ano de 1839, o presidente provincial João Lopes da Silva Coito produziu um mapa populacional sobre a população cativa do Espírito Santo. Esse mapa contém os números relativos à população cativa nas cidades e vilas provinciais, sendo especificado o número de pardos cativos, além de escravos brasileiros e africanos.

⁵⁵ PEREIRA, 2013, p. 6.

⁵⁶ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*, Vitória, 14 a 16 de setembro de 2015, p. 15. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-traffic-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2017, p. 15.

⁵⁷ OFÍCIO, 1851.

⁵⁸ OFÍCIO, 1851.

⁵⁹ RELATÓRIO, 1856.

A província apresentava, então, 1.518 pardos cativos (16,5%), 4.881 escravos naturais do Brasil (52,8%) e 2.834 escravos naturais da África (30,7%), num total de 9.233 cativos.⁶⁰ Se subtraído esse contingente do total de habitantes, tem-se o total de 16.847 habitantes livres na província. Assim, em 1839, a população livre capixaba correspondia a 64,6% do total do contingente populacional, enquanto os cativos representavam 35,4%. A tabela a seguir apresenta o número de cativos presentes nas cidades e vilas do Espírito Santo.

Tabela 2. Naturalidade da População Escrava do Espírito Santo em 1839

Cidades / Vilas	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	724	7,8	2.061	22,3	485	5,3	3270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1.026	11,1	1635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Mateus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Mateus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1390	15,1
Total	1.518	16,5	4.881	52,8	2.834	30,7	9.233	100

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL, microfilme 015_000_78, p. 48 *apud* LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39.

Esse mapa populacional serve como ponto de partida para uma série de análises sobre a população cativa capixaba e itapemirinese. Em 1839, a cidade de Vitória, capital da província, possuía o maior número de cativos, 3.270 (35,4%), seguida por Itapemirim, que tinha exatamente metade da população cativa da capital, 1.635 (17,7%). Nesse ano, porém, a quantidade de escravizados africanos em cada uma das cidades e vilas capixabas

⁶⁰ Para as autoridades, o termo “pardo” referia-se ao cativo miscigenado. Por outro lado, o termo “crioulo” referia-se aos negros cativos nascidos no Brasil.

representava 30,7% do total de cativos do Espírito Santo. Dentre os 2.834 cativos oriundos da África, 1.026 estavam em Itapemirim. Esse valor correspondia a 11,1% do total de cativos capixabas e 36,2% do total de africanos que residiam no Espírito Santo. Portanto, a Vila apresentava a maior quantidade de escravos africanos da província naquele período.

Ao se comparar dados da população cativa de Itapemirim com os anos de 1833 e 1872, percebe-se que os africanos predominaram na escravaria local na primeira metade do século e representaram um número significativo nos anos finais da escravidão. A Tabela 3 apresenta esses valores.

Tabela 3. Naturalidade da População de Cativos de Itapemirim-ES (1833-1839-1872)

Anos	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total de Cativos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1833	60	3	526	32	1.046	65	1.596	100
1839	42	2,5	567	34,5	1.026	63	1.635	100
1872	865	30	1.497	52	511	18	2.873	100

Fonte: 1833: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, Fundo Governadoria, Livro 54; 1839: LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39; 1872: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados, percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era elevada: 65% dos escravizados, em 1833, e 63%, em 1839. Já em 1872, esse quantitativo diminuiu para 18%, dado explicado pelo fim do tráfico, em 1850. Ainda assim, a população parda era minoria, se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872, os pardos cativos representavam 30% da população cativa, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação era pequena, apesar de ter aumentado consideravelmente nos anos finais da escravidão. Não se pode esquecer o tráfico intraprovincial que, possivelmente, forneceu cativos para Itapemirim. Não existem documentos que relatam essa migração, mas o Censo de 1872 fornece informações sobre a origem da população livre de cor e escrava. A maioria dos “livres de cor” e dos escravos que aparecem no documento vindos de outras províncias eram baianos, fluminenses, paulistas, mineiros e pernambucanos.

Como se pode observar, a população cativa de Itapemirim era formada por muitos africanos, porém, nos anos finais da escravidão, a presença de escravos crioulos era grande, causada pela proibição ao tráfico de almas, o incremento do tráfico interno e, também, a reprodução endógena. Este artigo pretende analisar a composição dessas famílias cativas e como elas contribuíram para o abastecimento das escravarias de Itapemirim, através de análise documental e bibliográfica.

AS FAMÍLIAS CATIVAS DE ITAPEMIRIM ENTRE 1872 E 1888

Inventários *post-mortem* e testamentos vêm sendo utilizados como fontes para remontar famílias cativas em várias localidades. Ainda assim, não são os melhores documentos para essa tarefa. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes,⁶¹ o uso dessas fontes configura exercício de interpretação das relações familiares cativas. Para o estudo das famílias cativas do Rio de Janeiro, Florentino e Góes recomendam a reunião de pistas, indícios e, às vezes, provas que podem tornar os laços familiares cativos menos obscuros. Patrícia Merlo,⁶² por sua vez, ao pesquisar famílias escravas em Vitória, comenta sobre as fontes capixabas, que são dispersas, às vezes ausentes e, com isso, o cruzamento de dados é dificultado.

Já por meio do batismo, principal rito do cristianismo, o sujeito inseria-se na sociedade católica. “No contexto do catolicismo, o batismo era a principal maneira de tornar qualquer indivíduo, escravo ou livre, membro da sociedade cristã”.⁶³ Para os cativos, especificamente, o batismo era ministrado a adultos e crianças, obrigando o senhor a prática desses sacramentos. A integração para o cativo era importante, pois representava quesito básico de sobrevivência, já que negar o domínio do senhor e de suas instituições representava confronto que causaria mais dano que benefício.⁶⁴ Tanto os escravos que chegavam aos portos brasileiros quanto os que nasciam nessas terras, se tornavam parte da sociedade através do sacramento batismal. Aos senhores cabia a obrigação de batizar seus cativos, adultos ou crianças, correndo o risco de sofrerem com as maldições do mundo espiritual. “Considera-se responsabilidade de todos os senhores

⁶¹ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 43.

⁶² MERLO, 2008, p. 208.

⁶³ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001, p.267)

⁶⁴ FARIA, 1998, p. 306.

o batismo dos escravos, já que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas”⁶⁵

Dois tipos de documentos foram utilizados nesse trabalho para identificar as famílias cativas de Itapemirim: os inventários *post mortem* e testamentos, que podem ser enquadrados como documentos cartoriais; e os registros de batismo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, que compõem documentos eclesiásticos. Entre os anos de 1872 e 1888 foram levantados 41 documentos cartoriais, sendo 39 inventários e dois inventários com testamento em anexo. Dentre esses, 24 documentos apresentam escravos como bens, num total de 224 cativos. Quanto aos registros de batismo, não há documentos referentes ao período entre 1872-1882. O último livro de batismo de escravos encontrado tem como período os anos de 1882 até 1888, quando se encerra a escravidão. Primeiro se irá analisar as composições familiares encontradas nos inventários e testamentos. Em seguida, serão analisados os documentos de batismo.

Durante boa parte do século XIX, Itapemirim concentrou grande quantidade de escravos, como já descrito anteriormente. Nos documentos coletados entre os períodos de 1836-1849 (anterior a Lei Eusébio de Queirós) e 1850-1871, a quantidade de cativos encontrada nos documentos correspondia a 275 e 594 respectivamente, enquanto que entre 1872-1888 o total de cativos era 224. Uma possível explicação para a diminuição na quantidade de cativos da última fase é que o fim de fato do comércio transatlântico pode ter sido sentido em Itapemirim apenas nesse período. Além disso, a emancipação de Cachoeiro, que se tornou vila em 1864 também pode ter demorado a surtir efeito nas escravarias além das implicações da Lei do Ventre Livre, sendo que as crianças nascidas a partir daquela data não eram mais consideradas cativas.

Outra diferença em relação aos períodos anteriores refere-se a estrutura das posses presentes nos documentos cartoriais. No período analisado nesse artigo, 54% dos proprietários tinha entre 1 e 5 cativos, enquanto 25% possuíam de seis a 10 cativos. Já os grandes “plantéis”, que possuíam de 11-20 escravos representavam apenas 9%. Nessa fase não foi encontrado nenhum proprietário com mais 100 cativos. Entre as maiores propriedades do período encontram-se, uma que possuía mais de 30 e outra com mais de 40 cativos e a maior com escravaria superior a 50 escravizados. Nos períodos anteriores

⁶⁵ SCHWARTZ, 2001, p. 268.

aqui citados aparecem 4 escravarias com mais de 100 cativos. Outra mudança que pode ser observada pelos fatores anteriores.

Sobre a origem desses cativos, 41% (92) foram identificados como crioulos, 15% (34) como africanos, e os demais (44% - 98) não apresentavam identificação nos documentos. Apesar da predominância crioula, Itapemirim concentrava grande quantidade de cativos africanos, o que pode ser explicado pela desobediência a Lei Eusébio de Queirós. Dos 92 crioulos, 45 (49%) eram homens e 47 (51%) eram mulheres. Já entre os africanos, 17 eram homens e 17 eram mulheres. No total, 53% (117) da população cativa era composta por homens e 47% (104) por mulheres. A proporção entre a quantidade de homens e mulheres é algo a se destacar.

A desproporção que Florentino e Góes descrevem em sua obra como causadora de rebeliões nos plantéis não ocorreu em Itapemirim. Manolo Florentino e Carlos Valencia-Villa⁶⁶ destacam que, nas embarcações vindas da África para o Brasil entre 1810-1850, cerca de 1/3 ou até mesmo 1/4 dos cativos eram mulheres, o que, segundo os autores, era um incentivo a reprodução natural nas escravarias, uma vez que, quanto maior a quantidade de mulheres maior a possibilidade de uniões entre os cativos. A desproporção sexual, apontada por muitos autores como a principal dificuldade enfrentada pelos cativos para formação de famílias, não foi observada em Itapemirim, conforme análise no tópico anterior. A superioridade masculina apresenta percentual irrelevante.

Quando a população é comparada por faixa etária, observa-se que 14,7% (33) eram crianças de 0-10 anos; 52,7% (118) estavam na faixa etária de 11-30 anos; 23,6% (53) estavam entre o grupo de 31-49 anos e 5% (11) tinham 50 anos ou mais. Num total de adultos e crianças eram 14,7% e 81,3% respectivamente. 4% (9) não apresentaram informação. Esses valores demonstram resultados imediatos da Lei do Ventre Livre. Era esperado que nesse período a população fosse formada por adultos, já que os nascidos a partir de 1871 não eram mais considerados cativos. Assim, não foram contabilizados no Censo de 1872 e também não aparecem nos documentos entre 1872-1888. As poucas crianças que foram registradas são aquelas nascidas antes da promulgação da lei.

⁶⁶ VALENCIA-VILLA, Carlos, FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo Inglês e Tráfico de Crianças Escravizadas para o Brasil, 1810-1850. In.: *História* (São Paulo) v.35, e78, 2016, p. 2.

O quantitativo de homens e mulheres por faixa etária é outro aspecto importante para ser analisado. Na faixa etária onde os cativos estão disponíveis para composição de famílias, entre 15-45 anos, havia proporção entre o número de homens e mulheres: 48,5% (67) eram homens e 51,5% (138) eram mulheres. O equilíbrio sexual e a alta taxa de crianças são indícios da presença de famílias nas escravarias itapemirinsenses. Ainda que houvesse dependência do tráfico transatlântico, como insinuam as fontes, os dados até aqui analisados demonstram que a reprodução natural era possível como mecanismo de manutenção e ampliação das escravarias, mesmo nos anos finais da escravidão.

Dos 41 documentos analisados, 34% apresentam algum tipo de composição familiar. E dos 224 cativos presentes nesses documentos, 79 (35,2%) estavam inseridos em algum laço familiar. Manolo Florentino e José Roberto Góes⁶⁷ encontraram índices de 25% a 35% entre 1790-1830 de laços de parentesco primários para as escravarias agrofluminenses. Já Geisa Ribeiro⁶⁸ encontrou índices de 25,8% para as escravarias da região Central e 30,47% para a região Sul da Província do Espírito Santo. A quantidade de crianças é importante ser destacada: 46,8% (37) dos cativos com vínculo eram crianças entre 0-14 anos, e no total de crianças identificadas nesse período, 69,8% tinham algum vínculo familiar.

Outro aspecto analisado relaciona-se ao tamanho das escravarias em relação aos laços familiares. Como aponta Florentino e Góes e discutido neste trabalho, a relação entre o tamanho dos plantéis e laços familiares é bastante relevante, uma vez que, segundo os autores, quanto maior os plantéis maiores são as probabilidades de se instituírem vínculos familiares. Entre 1872-1888, 29,2% (26) dos cativos inseridos em famílias estavam em posses de 1-10 escravos; 23,6% (21) em posses de 10-20 escravos e 47,2% (42) estavam em posses com mais de 20 escravos.

O que se pode concluir dos dados analisados em inventários até aqui é a maior participação de crianças nos laços familiares, principalmente ligados às mães. “Eram elas que acionaram com maior frequência os principais instrumentos para se construir relações familiares, ao menos aqueles captados pelas fontes, a saber: a consanguinidade e o casamento”.⁶⁹ A quantidade de mulheres envolvidas em laços familiares será a seguir:

⁶⁷ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 92.

⁶⁸ RIBEIRO, 2012, p. 143.

⁶⁹ RIBEIRO, 2012, p. 147.

87,5% (21) eram mães solteiras e 12,5% eram viúvas ou casadas. No total de mulheres com 15 anos ou mais encontradas nos documentos (37 mulheres), 64,8% (24) estavam inseridas em laços familiares. Já em relação aos homens, foram encontrados 31 com mais de 15 anos e apenas 3 (9,7%) eram casados ou viúvos. Não há registro de nenhum pai solteiro.

A diferença encontrada entre o número de homens e mulheres pode induzir a pensamento pejorativo sobre as relações afetivas dos cativos, principalmente das mulheres, entretanto, essa ideia é simplória e passível de análise. Para Ribeiro,⁷⁰ nem todos os homens e mulheres que não apresentam referência ao registro de casamento ou viuvez viviam na promiscuidade. Alguns deveriam viver ou teriam vivido algum relacionamento consensual. “Muitas mães solteiras, na verdade, deveriam viver relacionamentos consensuais, fossem eles estabelecidos nos limites das senzalas ou os extrapolando”. Florentino e Góes, por sua vez argumentam que

[...] embora parte da historiografia se esmera em ressaltar o desregramento nas relações afetivas e familiares entre escravos, os exemplos apresentados mostram que muitas vezes estas relações, mesmo que não sancionadas, deveriam ser por todos respeitadas. [...] Havia um amplo reconhecimento social destes laços, em particular daqueles de base consanguínea, inclusive pelos que, escravos ou livres, não faziam parte do grupo. A força das ligações familiares era tal que transbordava a condição jurídica de todos nelas diretamente envolvidos (havia parentes escravos e libertos), além de subverter o espaço onde se desenrolava o dia a dia contraditório da escravidão rural.⁷¹

O que se pode deduzir então, é que nem todas as relações entre os cativos eram devidamente reconhecidas a ponto de serem registradas nos inventários. Além disso, essas relações eram respeitadas pela comunidade, que as reconhecia, independentemente de serem sacramentadas ou não, todavia, através da análise do número de filhos podem-se levantar algumas hipóteses sobre o assunto. Entre as famílias chefiadas por casados, aparecem as seguintes composições: quatro com apenas um filho, uma com dois filhos e uma com três filhos. Entre os solteiros, por sua vez, a composição é a seguinte: 24 com

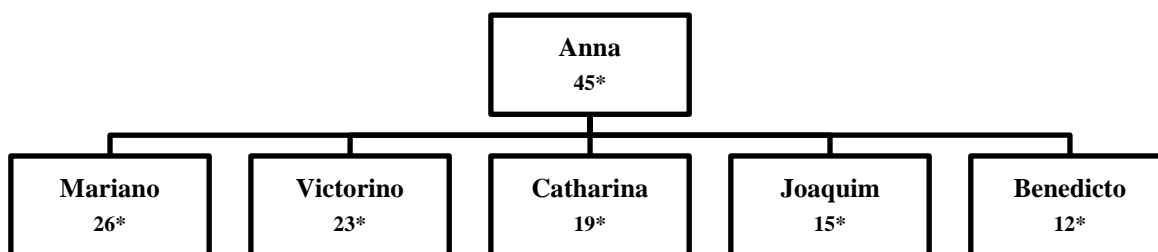
⁷⁰ RIBEIRO, 2012, p. 149.

⁷¹ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 80-81.

apenas um filho, cinco com dois filhos, dois com três filhos e uma com cinco filhos. Além desses, três casais sem filhos aparecem nos inventários nesse período.

A família citada com cinco filhos de mãe solteira apareceu no inventário de Dona Urçula Maria do Espírito Santo, aberto em 1885, por seu marido, José Joaquim Marvila. Anna, com 45 anos era mãe de cinco filhos, sendo quatro com mais de 15 anos. Famílias como a de Anna reforçam a ideia de que havia relações consensuais entre os cativos sem o devido registro nos inventários. Por não serem relações sacramentadas, talvez a omissão não preocupasse os inventariantes.

Figura 1. Família de Anna, cativa de Urçula Maria do Espírito Santo*



Fonte: Inventário de Urçula Maria do Espírito Santo, APEES.
*Os números em parênteses correspondem a idade dos cativos.

Também merece destaque a idade dos cônjuges. Foram identificados onze mulheres e sete homens casados ou viúvos. Dentre os homens 28,6% (2) tinham entre 35-44 anos; 57,1% (4) entre 45-54 anos e 14,3% (1) entre 55-64. Já entre as mulheres, 9,1% (1) tinham idade entre 15-24 anos; 54,5% (6) entre 35-44 anos; e 36,4% (4) entre 45-54 anos. De modo geral os cativos casados e viúvos de Itapemirim estavam em idade madura. Dado semelhante encontrado em outras regiões do Espírito Santo. “Considerando o conjunto da população escrava, os cônjuges concentravam-se na faixa dos 35 a 54 anos”.⁷² Quanto à idade dos pais para a concepção do primeiro filho era em média de 25 anos entre as mulheres e 42 entre os homens.

A diferença etária entre os casais é outro ponto a ser estudado. Florentino e Góes observaram que homens, principalmente os crioulos, procuravam se casar com mulheres

⁷² RIBEIRO, 2012, p. 160.

mais jovens, enquanto que as mulheres mais velhas também buscavam homens muito jovens para se casarem.⁷³ Dados semelhantes foram observados por Slenes,⁷⁴ pois as mulheres africanas recém-chegadas procuravam se casar com homens mais velhos, crioulos ou africanos “ladinos” já estabelecidos, que poderiam lhes proporcionar melhores condições de trabalho e até alforria. Nesse período em Itapemirim, os homens eram mais velhos que as mulheres, mas a diferença etária era pequena: 62,5% dos homens eram de 1 à 5 anos mais velhos que suas companheiras, 25 % eram de 6-10 anos e 12,5% eram de 11 à 15 anos mais velhos que suas esposas. Havia, portanto, equilíbrio etário entre os casais cativos itapemirinoses. Para poucos casais a diferença etária configurava-se acentuada.

Outra questão da família cativa é a união entre crioulos e africanos. Florentino e Góes perceberam, em seus estudos para o Rio de Janeiro, que as uniões obedeciam a regras da endogamia: crioulos casavam entre si. O tráfico acirrava as rivalidades entre crioulos e africanos, e como consequência, as uniões entre crioulos aumentava sempre que havia incremento de cativos africanos nas escravarias.⁷⁵ A união entre africanos predominou em Itapemirim. Dos oito cônjuges que aparecem nos documentos, pode-se identificar a origem de cinco deles, formados por homens e mulheres africanos; um casal era formado por homem crioulo e mulher sem procedência, um casal o homem era africano e a mulher não tinha origem identificada e outro casal nenhum dos dois apresentam procedência.

Também será observado o tempo de união das famílias cativas. O parâmetro utilizado foi o mesmo usado por Geisa Ribeiro,⁷⁶ que estimou a duração das famílias através da idade do filho mais velho, junto ao pai ou a mãe, independente da condição civil. Dos dados obtidos considerando os limites da fonte pode-se observar razoável estabilidade nas uniões. Os casais das escravarias de Itapemirim, de maneira geral, mantinham-se juntos por longos períodos. Pais e mães com filhos entre 10 e 19 anos encontravam-se presentes na maioria das famílias do período analisado: foram treze. Oito famílias possuíam filhos com mais de 20 anos. Além disso, uma família tinha filhos com

⁷³ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 154.

⁷⁴ 2011, p. 91.

⁷⁵ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 149-150.

⁷⁶ RIBEIRO, 2012, p. 169.

menos de um ano; sete famílias com filhos entre 1-4 anos; e outras sete famílias com filhos entre 4-9 anos.

Outro dado relevante sobre a estabilidade dessas famílias afigura-se na continuidade desses casais e seus filhos unidos por ocasião da partilha proporcionada pelos inventários. Em análise feita por Geisa Ribeiro,⁷⁷ comprovou-se que a maioria das famílias, independentemente do tamanho do plantel, permaneceu totalmente unida nas regiões de Vitória e Cachoeiro. Em Itapemirim, levantaram-se os seguintes dados para os anos finais da escravidão: nas posses referentes a até 10 cativos, 62,5% (5) das famílias permaneceram totalmente unidas e 37,5% (3) foram totalmente separadas. Entre as posses com 11 até 19 cativos, 66,6% (2) permaneceram totalmente unidas e 33,4% (1) foram totalmente separadas. Nas posses com mais de 20 cativos, todas as famílias (8) permaneceram totalmente unidas.

Para Florentino e Góes, quando a família permanece unida preserva-se o lugar social da criação e a transmissão dos valores escravos.⁷⁸ Pode-se atribuir esse fato à convivência mais próxima dos familiares mantidos na mesma escravaria. De maneira geral, como se constatou, as partilhas levavam em consideração os vínculos familiares dos cativos. Independentemente do tamanho da posse, as famílias tendiam a permanecer unidas, e aquelas que foram parcialmente separadas se mantiveram entre herdeiros da própria família. Ribeiro⁷⁹ detectou isso nas regiões Central e Sul da província. Segundo ela, os cativos, sem distinção da escala das escravarias, tinham grandes chances de permanecerem unidos.

Analisando a permanência unida da família de acordo com o estado civil do cativo, temos os seguintes dados: nas famílias matrilineares, 86,6% (13) permaneceram totalmente unidas e 13,4% (2) foram totalmente separadas. Entre as famílias nucleares, 37,5% (3) permaneceram totalmente unidas, 37,5% (3) permaneceram parcialmente unidas e 25% (2) foram totalmente separadas.

Os dados analisados até aqui apresentam retratos das famílias cativas de Itapemirim. Apesar da ausência de informações nos inventários, que constituiu um desafio de grande relevância na investigação. Tinham razão Florentino e Góes sobre as

⁷⁷ 2012, p. 171.

⁷⁸ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 116.

⁷⁹ RIBEIRO, 2012, p. 172.

limitações da fonte no estudo proposto e a respeito da necessidade de cruzamentos dos dados obtidos com outros documentos, sobretudo, os eclesiásticos. Para isso, realizou-se outro extenso levantamento com base em registros de batismo, que complementa com razoável sucesso o perfil familiar de homens e mulheres escravizados em Itapemirim.

Como já descrito, os dados referentes aos anos finais da escravidão estão no livro que compreende o período de 1882-1888. Os anos anteriores, após a promulgação da Lei do Ventre Livre não foram encontrados nos arquivos da paróquia. Nesse último livro aparecem 289 registros de batismo. E como era de se esperar, nenhum dos batizados foi realizado em adultos. Isso pode sugerir que a prática católica já havia sido absorvida pelos cativos, que procuravam batizar os infantes conforme determinava a Igreja Católica, mas também podia ser uma imposição senhorial, afinal o registro de batismo era um documento oficial. Do total de batizados realizado nesse período, 92,4% (267) foram identificados pelo pároco como inocente/ingênuo. Os demais não apresentam informação. Quanto a idade que os mesmos eram batizados, 39,2% (107) receberam o sacramento entre 31 dias e 6 meses e 24,9% (68) foram batizados entre os 6 meses e um ano de vida. Em relação ao sexo, foram 148 meninos e 140 meninas.

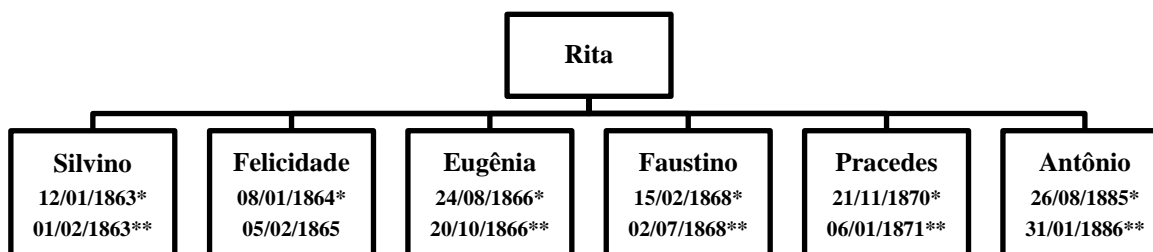
Em relação aos padrinhos e madrinhas, o período traz informações interessantes: 55,4% dos padrinhos e 48,8% das madrinhas eram livres. É notório que havia outros interesses na escolha dos cativos nos anos finais da escravidão. Entre as outras condições de padrinhos vemos a seguinte composição: 33,2% (96) eram cativos; 2% (6) eram forros e 9,4% (27) não apresentam informação. Em relação às madrinhas, 35% (101) eram cativas; 3,4% (10) eram forras; 3,4% (10) eram santas e 9,4% (27) não apresentavam informação.

O predomínio de famílias matrilineares, ou seja, chefiadas por mulheres solteiras, com apenas um filho, são reflexo de uma escravaria jovem e muito influenciada pelo tráfico internacional, como demonstrou Florentino e Góes.⁸⁰ O que não significa que não houvesse uniões estáveis, mas não sacramentadas pela Igreja. Os exemplos citados acima, das famílias nucleares que batizaram filhos naturais, comprovam essa hipótese. Além disso, do total de famílias matrilineares, 28,2% batizaram dois ou mais filhos. A maior

⁸⁰ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 143-144.

família matrilinear encontrada nos livros foi a de Rita, cativa de Archanjo José de Souza,⁸¹ que batizou seis crianças entre 1863-1886. Em nenhum dos registros os párocos responsáveis colocaram o nome do pai.

Figura 2. Família de Rita, cativa de Archanjo José de Souza



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

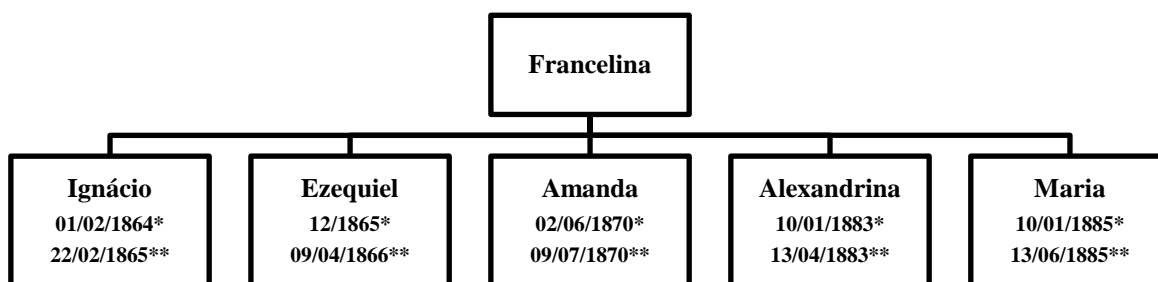
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Outros exemplos de famílias matrilineares formadas por muitos filhos são encontrados nas escravarias de Dona Marianna Barreto da Silva Lima e Victorino Joaquim da Rocha, inclusive, os dois proprietários são os únicos que aparecem nos três livros de batismo. Suas cativas Raimunda e Francelina batizaram cinco crianças cada uma, e em nenhum dos assentos consta o nome dos pais, aquela entre 1865-1885 e está entre 1863-1867.

Famílias como as de Rita, Francelina e Raimunda aumentam as possibilidades da existência da família consensual no Espírito Santo, fato que ficou explícito nas famílias dos cativos Antônio e Luciana, Roberto e Clementina. É pouco provável que os companheiros dessas cativas sejam desconhecidos e que essas crianças não tenham conhecido seus pais, ou que todas tenham sido filhas de pais diferentes. Além disso, em muitos assentos os párocos não registravam o nome dos pais, ainda que as cativas fossem casadas ou vivessem em relações consensuais.

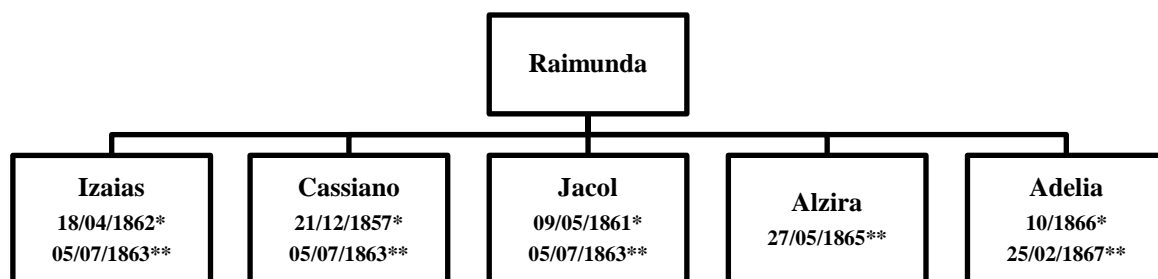
Figura 3. Família de Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha

⁸¹ No Livro de Batismo nº2, Archanjo José de Souza aparece como Capitão. No Livro nº 3 aparece como Tentente Coronel.



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Figura 4. Família de Raimunda, cativa de Marianna Barreto da Silva Lima

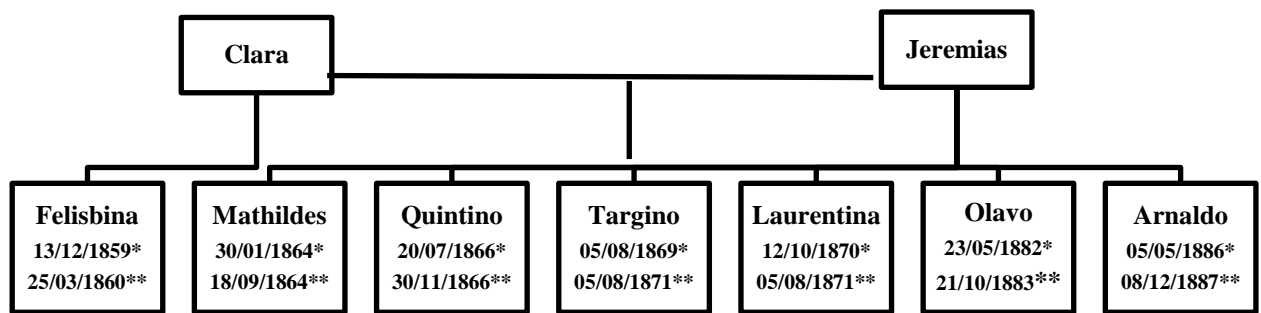


Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

O casal de crioulos, Clara e Jeremias, que pertencia a Antônio Domingues Tinôco, batizou entre 1860-87, seis filhos legítimos e um natural, num total de sete crianças. Sua primeira filha, Felisbina, foi batizada como natural em 1860, e não aparece o nome do pai no assento. Os outros infantes, por sua vez, receberam o sacramento batismal na presença do casal e foram registrados como filhos legítimos. A família de Clara e Jeremias é exemplo de famílias detectadas por Slenes,⁸² onde muitas mulheres tiveram seu primeiro filho quando ainda eram solteiras e se casaram na Igreja anos depois. Não se pode afirmar que Felisbina é filha de Jeremias ou se Clara teve outro relacionamento antes de sacramentar sua união. Mas essa família é exemplo da diversidade de famílias cativas encontradas em Itapemirim.

Figura 5. Família de Clara e Jeremias, cativos de Antônio Domingues Tinôco

⁸² SLENES, Robert W. Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 1984, p. 121. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A13.pdf>> Acesso em 04 de setembro de 2018.

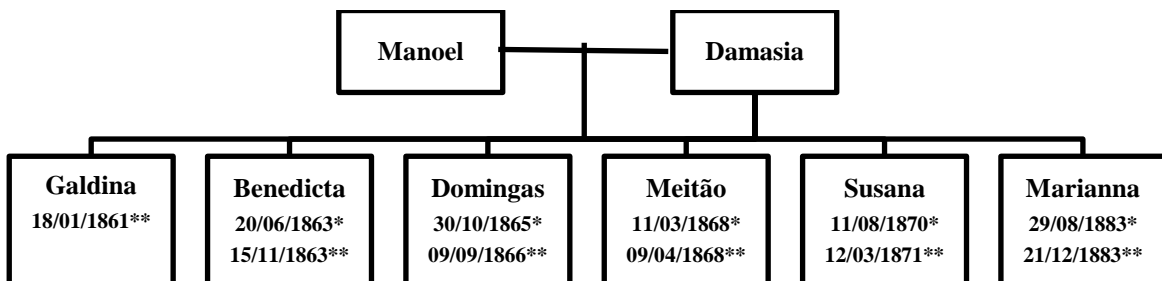


Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Outra família que apresenta filhos naturais e legítimos é a família de Manoel e Damasia, cativos de Dona Mafalda Maria do Espírito Santo. O casal batizou seis crianças entre 1861 e 1883. Em todos os registros aparecem o nome de Manoel, exceto no assento de Benedicta, onde o pai não foi identificado pelo pároco. Muito pouco provável que a menina não fosse filha de Manoel. Possivelmente seu nome não aparece por descuido do Padre Silva Braga.

Figura 6. Família de Damasia e Manoel, cativos de Mafalda Maria do Espírito Santo



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

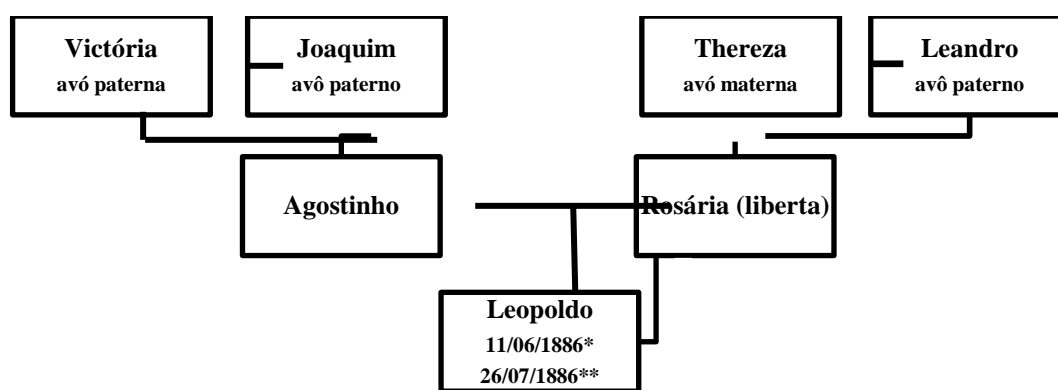
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Descuidos como esse podem ser observados nos assentos de batismos dos filhos de dois casais: Floriano(a) e Germana(o) e Elisiário(a) e Hipólita(o). O primeiro casal pertencia a João Rodrigues Barbosa e o segundo a Joaquim Borges de Athaide. Em seis de abril de 1850, Germana e Floriano batizaram seu filho Ponciano. Dois anos mais tarde, em 22 de janeiro, Floriana e Germano batizaram sua filha Izabel. O mesmo equívoco

aconteceu em 23 de setembro de 1849, quando Elisiária e Hipólito batizaram sua filha Fé e em 20 de julho de 1851, Hipólita e Elisiário batizaram Agostinho.

Também foram encontradas 24 famílias com a presença de avós. Nesse período em que a escravaria já estava estabelecida, as famílias já são conhecidas pela comunidade, e por conta disso, a presença desses familiares é notada pelos párocos. O único registro em que aparecem os quatro avós foi de Leopoldo, filho da liberta Rosaria Maria da Conceição e de Agostinho, que era cativo do capitão Archanjo José de Souza. Os avós maternos, Leandro e Thereza e paternos, Joaquim e Victória, foram citados pelo pároco.

Figura 7. Família de Agostinho e Rosária cativos de Archanjo José de Souza



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Segundo Carlos Engemann,⁸³ no batismo se forja o parentesco através do compadrio, quando se criam laços de solidariedade de grande valia para os que vivem na senzala. Já Rafaela Lago⁸⁴ defende que em sociedades rigidamente hierarquizadas, onde o cativo tinha pouco acesso ao mundo livre, como o caso de Itapemirim, os cativos tendiam a se relacionarem entre si e formavam comunidades de cativos, uma vez que havia pouca mobilidade social.

A mudança no perfil dos compadrios, observada no último período também foi detectada por Stuart Schwartz⁸⁵ em seus estudos para a região de Curitiba. Segundo ele a tendência de padrinhos livres se intensificou entre a década de 1870 e o fim da escravidão.

⁸³ ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998, p.182),

⁸⁴ LAGO, 2013, p. 80.

⁸⁵ SCHWARTZ, 2001, p. 282.

Como esse período marca os anos finais da escravidão é explicável que os cativos escolhessem livres para batizarem seus infantes, por acreditarem que conseguiriam mais benefícios.

Os laços de compadrio criavam o parentesco forjado e ampliavam a solidariedade entre os cativos, permitindo que eles se organizassem em comunidade. A formação e o estabelecimento das famílias cativas perpassavam pelos laços de compadrio. Os inventários e testamentos demonstraram a existência das famílias cativas em Itapemirim. Os registros de batismo são outra fonte que pode demonstrar a existência de famílias com variadas composições. Como supôs Florentino e Góes,⁸⁶ os cativos se casavam ou amancebavam para gerar filhos. E são esses enlaces familiares que serão analisados aqui.

Uma das primeiras pistas que os assentos de batismo trazem sobre as famílias escravas é o registro feito pelo pároco sobre a legitimidade da criança. O padre responsável anotava a observação se a criança era filha legítima ou natural de seus pais: 77,8% (225) dos registros eram de filhos naturais e apenas 7% (20) eram filhos legítimos. Os demais não apresentam identificação.

Robert Slenes⁸⁷ adverte que muitos padres não costumavam indicar o nome do pai nos registros se a criança fosse fruto de uma união não sacramentada pela Igreja. Assim, muitas crianças podem ter sido registradas como filhos naturais, mas poderiam pertencer a famílias consensuais. Sheila Faria⁸⁸ descreve as três formas de identificação que uma criança poderia receber no registro de batismo: “filho legítimo de”, referência a união matrimonial sancionada pela Igreja; e “filho natural de”, quando a mãe era solteira e indicava o nome do pai; ou quando o pai era “incógnito”. Os registros de Itapemirim apresentam os termos “legítimo” e “natural”. Em nenhum registro apareceu “pai incógnito”, pois os párocos simplesmente não registravam o nome do pai.

Muitas famílias que aparecem no livro analisado haviam batizado outras crianças anteriormente. Algumas dessas famílias são matrilineares, outras nucleares. De maneira geral, a composição das famílias cativas presentes nos livros de batismo de Itapemirim é

⁸⁶ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 133.

⁸⁷ SLENES, 2011, p. 110.

⁸⁸ FARIA, 1998, p. 318.

a seguinte: 64,8% eram famílias matrilineares, 29,7% de famílias nucleares, 2% famílias com a presença de avós e 3,5% de famílias com filhos naturais e legítimos.

Enfim, o que se procurou demonstrar até aqui foi a composição das famílias cativas de Itapemirim presente nos documentos eclesiásticos. De maneira geral comprovou-se a existência de famílias cativas e a possibilidade da reprodução endógena, principalmente nas grandes escravarias. O alto índice de crianças, tanto as que estão presentes nos inventários e testamentos, quanto as que foram batizadas, além da quantidade de casais e de famílias comprovam tal afirmação. Em Itapemirim, como nas outras regiões estudadas na província, havia espaço para que os cativos se organizassem em famílias, apesar de toda a desumanidade da escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, a família cativa de Itapemirim estava consolidada nos anos finais da escravidão. Quando observamos os documentos cartoriais e eclesiásticos é possível perceber que famílias eram estratégias para se abastecer as escravarias com mão de obra. E, muito além disso, as famílias davam aos cativos um pouco de humanidade. Florentino e Góes⁸⁹ a viam como estratégia de paz, enquanto Slenes⁹⁰ as consideravam recordações de suas raízes africanas. Seja como for, famílias cativas existiam em Itapemirim.

Percebeu-se ao longo desse artigo que, a maioria das famílias de Itapemirim eram matrilineares, a maioria com apenas um filho, mas outras com número elevado de filhos. Ao contrário do que se pode pensar num primeiro momento, as mães classificadas como solteiras nem sempre viviam desacompanhadas. É basicamente consenso entre os autores que a inexistência de uma união sacramentada pela Igreja Católica impedia que as uniões estáveis fossem formalmente reconhecidas pela sociedade.

Também se percebe a presença de africanos, mesmo após décadas do fim do tráfico de escravos. Isso porque, Itapemirim demorou a cumprir a lei e permaneceu como importante porto de desembarque de africanos por muitos anos ao longo da década de

⁸⁹ FLORENTINO; GÓES, 1997.

⁹⁰ SLENES, 2011.

1850. Muitas famílias eram encabeçadas por africanos chegados em Itapemirim decorrentes do tráfico, seja como pais, seja como avós, outra característica importante que aparece nas décadas finais da escravidão, que é a prova que essas famílias estavam estabilizadas na região.

Enfim, esse trabalho pretendeu apresentar as famílias nos anos finais, pois após a promulgação da Lei Áurea passariam a viver em sociedade como livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

_____. Relatório com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma. Vitória: TYP Capitaniense de P A de Azevedo, 1849, p. 10. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/ANTONIO%20PEREIRA%20PINTO%20%20E2%80%93%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf>>. Acesso em: 26 de maio 2020.

ARQUIVO NACIONAL. CINTRA, Coelho; RIVIERRE, Carlos. *Planta da parte da província do Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1878.

_____. MARTINIÈRE, E. de la. *Carta corográfica da província do Espírito Santo organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. A. Alves de Souza Carvalho presidente da mesma província*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1861.

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro, Typ. Hyppolito José Pinto, 1877. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855.

_____. *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872.

_____. *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

IBGE. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u129/>. Acesso em: 14 dez. 2017.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

OBRAS GERAIS

ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CAMPOS, Adriana P. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.;

CAMPOS, Adriana P. Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João ... [et al.] (Org.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

CAMPOS, Adriana P; MERLO, Patrícia M. S. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. TOPOI, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DAEMON, Basílio C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim-ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In: MARINS, Antônio. *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MATTOS, Hebe. Colonização e escravidão no Brasil: memória e historiografia. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial: vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O Nó e o Ninho: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MORENO, Luciano. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra: Formar, 2016.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese (Doutorado em História) -Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1990.

NOVAES, Maria Stella de. *A escravidão e a abolição no Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963, p. 91 *apud* SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. *Dimensões: Revista de História da UFES, Vitória, UFES, CCHN*, v. 11, jul-dez, 2000, pp. 301-306.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)*. 2009. Dissertação – Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*, Vitória, 14 a 16 de setembro de 2015, p. 15. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 15-18 de maio de 2013, p. 2. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, UFES, CCHN, v. 11, jul-dez, 2000, pp. 301-306.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

SLENES, Robert W. Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 1984, p. 2121. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A13.pdf>> Acesso em 04 de setembro de 2018.

VALENCIA-VILLA, Carlos, FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo Inglês e Tráfico de Crianças Escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História (São Paulo)* v.35, e78, 2016.

Recebido em: 30/08/2020 – Aprovado em: 13/11/2020